ARQUITETURA INTERGERACIONAL E ENVELHECIMENTO ATIVO: INCLUSÃO E QUALIDADE DE VIDA

Larissa Cardozo[1], Jeferson Eduardo Suckow[2], Juliana Aparecida Biasi[3], Tatiane Bruna Fabian[4]

[1]Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) – Campus Videira.

[2]Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) – Campus Videira.

[3]Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) – Campus Videira.

[4]Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) – Campus Videira.

Resumo

O presente artigo apresenta o desenvolvimento de um Centro de Integração Intergeracional para Pessoas Idosas, proposto no município de Iomerê (SC), com o objetivo de promover encontros entre diferentes faixas etárias e fortalecer a qualidade de vida desse público. A pesquisa, de caráter qualitativo, fundamenta-se em revisão bibliográfica sobre envelhecimento ativo, inclusão social, acessibilidade e direitos da pessoa idosa, destacando a relevância dos espaços coletivos na promoção de vínculos e participação social. A análise incorpora diretrizes das normas técnicas de acessibilidade, em especial a NBR 9050:2020, e discute como ambientes adequados podem favorecer autonomia, segurança e interação entre gerações. Assim, o estudo contribui para o debate sobre a importância de abordagens arquitetônicas e urbanísticas sensíveis ao envelhecimento populacional, evidenciando a intergeracionalidade como estratégia para fortalecer a convivência comunitária.

Palavras-chave: arquitetura intergeracional; envelhecimento ativo; qualidade de vida; acessibilidade; Iomerê-SC.

1 INTRODUÇÃO

A mudança no perfil demográfico brasileiro, marcada pelo aumento da longevidade e pela diminuição das taxas de natalidade, tem alterado de forma significativa a estrutura populacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a proporção de pessoas idosas cresce de maneira acelerada, configurando um cenário que exige novas respostas no âmbito do planejamento urbano e arquitetônico.

Apesar dessa realidade, as interações entre diferentes faixas etárias têm diminuído devido à segmentação de atividades e contextos sociais. Crianças, jovens e adultos mais velhos costumam frequentar ambientes distintos, o que reduz possibilidades de trocas e enfraquece vínculos comunitários (SILVA; JUNQUEIRA, 2013). Tal distanciamento é intensificado pelo uso predominante das tecnologias como mediadoras das relações sociais.

Nesse contexto, a arquitetura se apresenta como agente fundamental para promover convivência qualificada, autonomia e sensações de acolhimento. Projetar para todas as idades implica reconhecer necessidades diversas e considerar soluções que estimulem encontros, circulação segura e conforto ambiental. A intergeracionalidade, enquanto estratégia espacial e social, destaca-se por favorecer a aproximação entre grupos distintos e reduzir o isolamento frequentemente vivenciado por pessoas idosas.

Diante dessa realidade, este artigo desenvolve uma pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica, contemplando documentos oficiais, legislações, normas técnicas, publicações científicas e dados demográficos. O objetivo é discutir as relações entre envelhecimento ativo, inclusão social, acessibilidade e convivência intergeracional, evidenciando como o ambiente construído pode contribuir para a qualidade de vida e a integração entre diferentes gerações.

2 **DESENVOLVIMENTO**

2.1 PROCESSO DO ENVELHECIMENTO

O envelhecimento corresponde a um processo contínuo que envolve transformações fisiológicas, psicológicas e sociais. No campo biológico, ocorrem alterações que afetam o metabolismo, a morfologia corporal e o funcionamento dos órgãos. Na dimensão psicológica, mudanças de papéis e expectativas influenciam a adaptação às novas condições da vida adulta avançada. Já no âmbito social, fatores como aposentadoria, desigualdade e reorganização da rotina podem modificar relações e formas de participação (SANTOS, 2010).

Essas transformações nem sempre acontecem de maneira uniforme, pois cada pessoa envelhece de acordo com sua história, contexto e vivências. Aspectos como vínculos afetivos, suporte familiar e oportunidades de participação social ajudam a definir como essa etapa será experimentada. Em muitos casos, limitações físicas ou emocionais podem

interferir na autonomia, exigindo suporte adicional e ambientes mais seguros e acolhedores (GUTERRES, 2019).

A experiência de envelhecer também envolve dimensões subjetivas, relacionadas à forma como cada indivíduo percebe o tempo, o corpo e sua trajetória. A consciência da finitude, somada às mudanças cotidianas, pode gerar inseguranças, mas também pode fortalecer a busca por bem-estar, convivência e novos significados para a vida adulta avançada.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) reforça que condições sociais e ambientais adequadas são fundamentais para um envelhecimento saudável. Isso inclui desde o acesso a serviços básicos até a existência de espaços que incentivem autonomia, mobilidade e convivência.

Compreender o envelhecimento de maneira ampla, é essencial para orientar práticas e políticas que valorizem a participação das pessoas idosas na comunidade. Nesse contexto, a arquitetura desempenha papel importante ao criar ambientes que reduzam barreiras, ampliem o conforto e apoiem a permanência ativa na vida social.

2.2 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

A acessibilidade está diretamente relacionada ao direito de todas as pessoas utilizarem os espaços de forma autônoma, segura e confortável. Mais do que eliminar barreiras físicas, ela envolve criar condições que favoreçam participação social, pertencimento e convivência. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), uma em cada quatro pessoas idosas possui algum tipo de deficiência, o que

reforça a importância de ambientes que considerem as limitações físicas e sensoriais dessa parcela da população (DIREITOS E CIDADANIA, 2023).

Garantir condições adequadas de uso significa assegurar o direito de ir e vir, independentemente das capacidades motoras, visuais ou cognitivas. Medidas que ampliem segurança, conforto e autonomia no deslocamento diário são essenciais para prevenir acidentes e fortalecer a independência funcional, especialmente em espaços urbanos e edificados.

Nesse cenário, a arquitetura assume papel decisivo ao transformar valores sociais em forma e uso. Projetar de acordo com princípios de acessibilidade, sobretudo aqueles definidos pela NBR 9050:2020, significa reconhecer a mobilidade como direito universal e criar ambientes que favoreçam a convivência e participação das pessoas idosas. Compreender essas diretrizes como compromisso técnico e ético contribui para a construção de espaços mais inclusivos, capazes de acolher diferentes idades, corpos e condições físicas. Mais do que cumprir normas, trata-se de promover uma vida comunitária mais justa, integrada e sensível à diversidade.

2.3 DIREITOS DA PESSOA IDOSA

A valorização das pessoas idosas está diretamente relacionada ao reconhecimento e à efetivação de seus direitos. No Brasil, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) estabelece garantias voltadas à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à participação social e ao acesso a espaços adequados às necessidades desse grupo. Essas diretrizes reforçam a importância de políticas públicas capazes de promover autonomia, respeito e condições reais para um envelhecimento com qualidade de vida.

O ambiente construído desempenha papel relevante nesse contexto, pois pode facilitar ou limitar a circulação, o acesso a serviços e a permanência ativa na comunidade. Quando planejado de forma inclusiva, ele se torna instrumento de cidadania ao oferecer segurança, conforto e oportunidades de convivência, elementos essenciais para a manutenção da autonomia e da autoestima das pessoas idosas.

No cenário internacional, documentos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas reforçam esse compromisso ao defender sociedades mais justas, participativas e protetoras dos direitos humanos. Iniciativas como o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) evidenciam a necessidade de ambientes que promovam bem-estar, inclusão e participação em todas as idades (ONU, 2019).

Assim, projetar para a longevidade significa reconhecer o direito ao envelhecimento digno como parte fundamental da vida em sociedade. Mais do que garantir acessibilidade física, envolve criar espaços que estimulem a convivência, respeito e pertencimento, consolidando o ambiente construído como meio de promoção de cidadania e valorização da trajetória das pessoas idosas.

2.4 RELAÇÃO ENTRE PESSOAS IDOSAS E CRIANÇAS

A convivência entre pessoas idosas e crianças representa uma dimensão essencial para o fortalecimento dos vínculos sociais e para a construção de comunidades mais sensíveis, participativas e abertas à diversidade. A interação entre gerações favorece a troca de experiências, resgata valores de cuidado coletivo e contribui para que diferentes faixas

etárias reconheçam seus papéis sociais de maneira complementar. Esse diálogo intergeracional ajuda a desconstruir estigmas relacionados ao envelhecimento e amplia a compreensão das diversas formas de viver e experimentar o tempo.

Para as pessoas idosas, o contato com o universo infantil pode estimular a memória afetiva, despertar sentimentos de pertencimento e promover bem-estar emocional. A presença de crianças traz dinamismo ao cotidiano, reduz a sensação de isolamento e fortalece a motivação para participar de atividades coletivas. Já as crianças se beneficiam ao conviver com adultos mais velhos, desenvolvendo empatia, paciência e respeito às diferenças, além de aprender a valorizar trajetórias de vida distintas (BEM TE QUERO 60+, 2024). Esse intercâmbio simbólico favorece a formação de valores e contribui para uma educação voltada à cidadania.

Um exemplo significativo é o Providence Mount St. Vincent, em Seattle (EUA), que integra uma instituição de longa permanência a um centro de educação infantil. Atividades compartilhadas, como leituras, brincadeiras e refeições, aproximam residentes e crianças de maneira natural, demonstrando que o ambiente físico pode atuar como mediador de relações. Resultados da iniciativa apontam melhorias no humor, na cognição e no comportamento social das pessoas idosas, além de favorecer o desenvolvimento emocional das crianças (PROVIDENCE MOUNT ST. VINCENT, 2024).

A arquitetura, nesse contexto, desempenha papel fundamental ao criar espaços que incentivem esse encontro. Áreas de convivência, ambientes flexíveis e atividades estruturadas em torno da participação mútua favorecem interações espontâneas e significativas. A criação de

espaços intergeracionais não se limita ao uso compartilhado; envolve pensar o ambiente como meio de promover cuidado, acolhimento e reconhecimento do valor humano em todas as fases da vida.

Assim, a relação entre pessoas idosas e crianças revela-se uma estratégia potente para fortalecer vínculos sociais, reduzir o isolamento e promover bem-estar comunitário. Quando apoiada por ambientes adequados e por ações que estimulem o diálogo entre gerações, a intergeracionalidade contribui para a construção de uma cultura mais inclusiva e para o entendimento de que todas as etapas da vida possuem importância e potencial de contribuição.

3 **CONCLUSÃO**

O envelhecimento populacional tem se consolidado como um dos grandes desafios contemporâneos, exigindo que o planejamento urbano e arquitetônico considere, de maneira integrada, as necessidades das pessoas idosas. A revisão teórica apresentada ao longo deste artigo evidencia que o envelhecer não se restringe às transformações biológicas; envolve dimensões psicológicas, sociais e simbólicas que influenciam a experiência cotidiana e a forma como cada indivíduo se reconhece no mundo. Essa compreensão mais ampla é fundamental para orientar práticas que promovam autonomia, bem-estar e participação social.

A acessibilidade, nesse contexto, destaca-se como elemento estruturante para a construção de ambientes inclusivos. Ao incorporar as diretrizes da NBR 9050:2020 e os direitos assegurados pelo Estatuto da Pessoa Idosa, torna-se possível reduzir barreiras, ampliar a segurança e facilitar o uso

dos espaços por pessoas com diferentes capacidades físicas e sensoriais. A garantia do direito de ir e vir não se limita ao cumprimento de normas técnicas; ela reflete um compromisso ético com a dignidade humana e com a criação de cidades que acolham a diversidade etária.

Outro aspecto fundamental abordado neste estudo é a intergeracionalidade, compreendida como uma estratégia de convivência capaz de aproximar pessoas idosas e crianças, fortalecer vínculos comunitários e estimular relações mais solidárias. As interações entre diferentes faixas etárias ampliam repertórios afetivos, combatem o isolamento e contribuem para a formação de uma cultura baseada no respeito mútuo. Experiências como a do Providence Mount St. Vincent demonstram o potencial dessa abordagem e reforçam o papel do ambiente físico como mediador de relações sociais significativas.

Diante dessas questões, a arquitetura assume uma posição central na promoção de espaços que favoreçam o envelhecimento ativo. Projetar considerando acessibilidade, inclusão e convivência intergeracional é reconhecer que o ambiente construído tem impacto direto na qualidade de vida e na participação comunitária. Assim, a reflexão desenvolvida neste artigo aponta para a importância de práticas projetuais sensíveis às mudanças demográficas atuais, capazes de valorizar todas as fases da vida e contribuir para a construção de sociedades mais justas, humanas e integradas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 9050:2020 — Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BEM TE QUERO 60+. *Entenda a importância da interação entre crianças e pessoas idosas*. 2 jan. 2024. Disponível em: https://blog.bemtequero.com/entenda-a-importancia-da-interacao-entre-criancas-e-idosos/. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003.

DIREITOS E CIDADANIA. *Acessibilidade e direitos das pessoas idosas*. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/direitos-e-cidadania. Acesso em: 5 nov. 2025.

GUTERRES, R. *Qualidade de vida e bem-estar na velhice*. São Paulo: Paulus, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101764.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Projeções e estimativas da população idosa no Brasil*. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 16 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Nova York: ONU, 2019. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 5 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Década do Envelhecimento Saudável: 2021–2030*. Genebra: OMS, 2021. Disponível em:

https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030. Acesso em: 5 nov. 2025.

PROVIDENCE MOUNT ST. VINCENT. *Intergenerational Learning Center*. Seattle, WA, 2024. Disponível em: https://washington.providence.org. Acesso em: 5 nov. 2025.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. Concepções teórico-filosóficas sobre envelhecimento, velhice, pessoa idosa e enfermagem gerontogeriátrica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 63, n. 6, p. 1030–1037, 2010.

SILVA, L.; JUNQUEIRA, S. *O encontro intergeracional entre crianças e pessoas idosas como espaço de construção de cidadania na infância*. *Revista REPe – Estudos de Políticas Públicas, Educação e Contemporaneidade*, Passo Fundo, v. 12, n. 3, p. 573–588, 2013. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/11427. Acesso em: 12 mar. 2025.

Sobre o(s) autor(es)
Autora: Larissa Cardozo dos Santos, acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Campus Videira. O presente artigo é derivado do Trabalho de Curso I e II desenvolvido na instituição.
E-mail: laricardozo2003@gmail.com
Orientador: Jeferson Eduardo Suckow, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Campus Videira.
E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br
Coautoras: Juliana Aparecida Biasi, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Campus Videira.
Tatiane Bruna Fabian, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Campus Videira.